ATA Nº 13/2019, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS

Reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada no dia 10 de Dezembro de 2019, convocada para às 13:00h, na Sala de Reunião da Secretaria de Saúde, localizado a Rua Dalmácio Espíndula, Centro, Santa Maria de Jetibá/ES. Estiveram presentes os membros Sirleide Pesente Kerckhoff, Sabina Joanna Berger Uliana, Barbara Dettmann Loose, Geoconda Caldeira Espindula, Silvina Ludtke Betzel, Sigrid Stuhr, Hermione Nitz Henker, Roberta Zache Iglesias, Zizinha Maria Furlani e Diomedes Maria Caliman Berger, como convidados Valdevino Busteke, Gilson W. Preciluis e como secretária executiva Daniely Berger. A presidente do Conselho Municipal de Saúde, Senhora Geoconda Caldeira Espíndula começa a reunião agradecendo a presença de todos os membros. Como primeiro assunto da ordem do dia, leitura da ata nº 12/2019, a ata foi lida, foram realizadas algumas alterações e aprovada por unanimidade pelos conselheiros. Ao segundo ponto de pauta Gilson, apresenta a programação Anual 2020, onde esclarece que para a criação da programação, a mesma é desmembrada, encaminhada a cada setor, para que os mesmos façam as alterações que acharem pertinentes para o momento, e depois faz - se a união de toda a programação. O mesmo apresenta todas as seis Diretrizes seguida por seus objetivos, ações e metas. Na diretriz 3, onde se trata de media e alta complexidade, em uma das das ações do Caps (Treinamento dos servidores para a demanda em suicídio) os conselheiros questionam a exposição de uma das ações, talvez a forma com que esta esteja descrita faz- se-a leitura/interpretação ficar equivocada, solicitando ao mesmo uma possível correção na descrição. Na Diretriz 6, onde se trata de controle social, quando se fala da ação de criação de conselhos próprios, com meta 75%, a conselheira Roberta sugere a baixa desta meta, visto a realidade no momento não ser essa, com o aval dos demais conselheiros essa meta fica então estabelecida com 10%, com a justificativa de que alcançar a meta é necessário, e ultrapassa - la seria ótimo, porém não deve haver possibilidade de ficar abaixo da mesma. Geoconda então, passa ao próximo ponto, apreciação e aprovação do repasse à APAE, Sigrid então começa apresentando a solicitação da APAE de 660.864,69 isso para o aumento da carga horária dos profissionais, apresentando a carga horária de cada um, totalizando o valor de 660.864,69 por ano. Onde uma parte do termo de cooperação da saúde é um recurso repassado pela administração desde o ano passado, diz então que Sebastião Luiz Siller (Controlador) há tempo questiona esse recurso da administração, pois não há uma ligação direta com a saúde, onde esse não poderia ser repassado a não ser pela saúde ou pela Ação Social. Ao se

informar no setor jurídico Sigrid diz que segundo eles não haveria problema com relação a isso haja visto a consulta feita no CNPJ da APAE, onde nada especifica ser serviços da saúde. Ficando no valor de R$159.176,39 por ano, os colaboradores que não seriam da saúde, onde o recurso viria da administração. Trata-se então do valor total de R$820.041,08 ao ano. Sigrid diz ainda que com esse aumento pode- se atender a demanda reprimida na instituição apresentada pela Srª Sabina, o que por mês totalizaria um valor R$74.549,19 mensais para instituição, sendo recurso da saúde mensais R$43.893,00. Diante do exposto Sabina frisa que não serão contratados novos profissionais e sim haverá o aumento de carga horária dos mesmos, Sigrid lembra que esse valor estaria também incluso no valor MAC, onde também entra o valor repassado ao Hospital. Quando unem-se esses valores, lembra que não há dotação orçamentaria suficiente para toda demanda do município, não podendo fazer o empenho sem haver dotação, Geoconda abre para votação então do repasse para a APAE, de R$820.041,08, diante do exposto questionam a respeito do que seria a parte de SECADM, e Sigrid lembra então que a secretaria de administração vai passar para a saúde essa dotação, que se refere ao aumento do repasse à APAE, sendo isso um acordo entre as secretarias que fazem os repasses para APAE, aprova-se por unanimidade o repasse à APAE. Sabina e Geoconda diante da aprovação expõe que a aprovação se baseia em demandas reprimidas apresentadas com detalhes e que é uma necessidade cobrada pela população. Caminha-se então para o próximo ponto, apreciação do repasse ao Hospital Concórdia, Sigrid, faz a solicitação de que possa se retirar da sala de reunião para que seja votado, a fim de evitar que se diga a respeito de que a mesma seja a favor ou contra esta aprovação, a fim de se respaldar, passa os valores solicitados pelo Hospital, e faz um comparativo com outras secretarias do município, bem como compara com outros hospitais de mesmo porte, Após esta exposição Diomesdes, a questiona sobre a reunião que ficaram de fazer com o Sr Prefeito, e ainda questiona o posicionamento dele a respeito dos dados. Sigrid diz que Geoconda fica por passar o posicionamento do prefeito e se retira da sala. Geoconda, diz que em respeito a Secretária de saúde,esclarecendo todo o exposto por ela, ela esta correta em apresentar esses dados com cuidado, por estar se respaldando, onde futuramente o tribunal de contas pode buscar dados, e ela pode responder por qualquer eventualidade que possa acontecer, assim ninguém poderá dizer então futuramente se receber alguma notificação que não tinha conhecimento dos dados, e valores. E diz que o prefeito mantém sua opção em dar o aumento solicitado, mesmo diante de todo o exposto, mesmo não tendo justificativa de aumento

nos atendimentos e percentual de atendimento ser baixo. Ainda frisa ao seu ponto de vista, o descaso em não ser feito o plano de trabalho, estando o mesmo igual ao anterior, frisando que na sua opinião precisam de alguns ajustes para possíveis melhorias, e evitarem gastos desnecessários. Sirleide, lembra que a comissão se reuniu e ao avaliar a documentação que o Hospital encaminha, chegam a conclusão de que o hospital não tem metas, ou não as apresenta. Há -se então a proposta de que seja criada uma forma de avaliação do por que a solicitação, ou também que se crie uma comissão/equipe para que possa ser feita a fiscalização das ações do Hospital, do plano de metas, do cumprimento ou não das metas, do que se faz na instituição. Hermione lembra que deve se dar uma atenção ao recurso federal para o Hospital, onde o nosso município tem o recurso mais baixo, comparado a outros, e ainda salienta que se for de necessidade que o plano de trabalho seja melhor descrito, que seja feito, para que tenha uma justificativa do porque está sendo dado esse aumento, iniciando por esse passo. Valdevino rebate dizendo que essa é uma meta (do recurso federal), porem não para agora. Lembra, ainda da dificuldade e do pouco tempo de execução do plano de trabalho, o mesmo diz ainda, que caso não seja aprovado o repasse, a única solução é fechar a obstetrícia e ai sim os serviços do Hospital poderiam continuar de alguma forma, diante da atual situação. Geoconda acha que essa não é a solução, e abre para votação, tendo três opções; Não aprovação, aprovação e aprovação com ressalva, sendo solicitado a melhoria ou detalhamento de metas e ainda a criação de uma equipe que possa verificar as contas e os processos de trabalho do hospital. Na votação teve apenas uma abstenção, e nove a favor da proposta dois. Após a votação a Secretária é convidada a retornar a sala de reunião, e sendo informada das opções colocadas, bem como da aprovação. A mesma então passa alguns informes, alguns serviços fornecidos pelo estado vão passar para o município, sendo assim o SAMU passa a ser de responsabilidade do município em pelo menos 40%, a municipalização da PPI (procedimentos referenciados), diante da grande quantidade de judicialização, o Estado quer passar os serviços para o Município com valor SUS, Sigrid abre o questionamento de como o município vai manter isso tudo por conta própria, isso será feito aos poucos, a mesma achou por bem já passar o informe de como vão se dar os processos. Outra questão é o controle do aedes aegypti, o estado ira encerrar o contrato com a empresa das armadilhas do mosquito, o que pode gerar um grande problema principalmente nas cidades de interior. Não havendo mais pontos de pauta encerrou-se às 16h10min. Foi lavrado a presente ata, que vai ser assinada por Daniely Berger (secretária executiva)

e Geoconda Caldeira Espíndula presidente do Conselho Municipal de Saúde, as demais assinaturas constam no livro de assinaturas.

Geoconda Caldeira Espíndula

Danily Berger